



Os direitos escritos a sangue: tragédia e farsa de 1789 e 1917

Marcio José Silva¹

Hélcio de Abreu Dallari Júnior²

Resumo

As Revoluções são parte da História humana. Muitas mudanças são viabilizadas quando o poder político, social ou ambos, mobilizam-se para que haja uma alteração de certos paradigmas, alguns que duram por séculos. Há a necessidade de revolucionar porque isso está presente na tese de Marx de que a História é um constante conflito de classes e esse conflito, como o atrito, leva a humanidade a avançar em dados momentos, parar em outros ou extremar-se em eventos que chegam a ser um banho de sangue. Nos cem anos da Revolução Bolchevique de 1917, podemos lembrar aquele evento e um anterior, que foi sua inspiração, a Revolução Francesa de 1789 e que literalmente derramou sangue e com esse escreveu a letra da lei de muitos direitos contemporâneos.

Palavras-chave: Revolução. Tragédia. Marx. Rússia. Czarismo.

Abstract

Revolutions are part of human history. Many changes are made possible when political or social power or both are mobilized so that there is a change in certain paradoxes, some lasting for centuries. There is a need to revolutionize this because it is present in Marx's thesis that history is a constant conflict of classes and this conflict, like friction, leads humanity to advance in moments, to stop in others or to exert itself in events that they become a bloodbath. In the one hundred years of the Bolshevik Revolution of 1917, we can recall that event and an earlier one, which was its inspiration, the French Revolution of 1789 and which literally shed blood and with it wrote the letter of the law of many contemporary rights.

Keywords: Revolution. Tragedy. Marx. Russia. Czarism.

¹Graduado em Letras, Especialista em Gestão Escolar (MBA), Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Peru; Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

²Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo, Doutor em Ciências pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo.



O ano de 2017 marca o período de cem anos da Revolução Russa, evento iniciado em fevereiro (calendário gregoriano) de 1917 e só terá desfecho completo com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no ano de 1922. Assim, desde o início desse artigo queremos ressaltar que a história não é movida necessariamente pelas de tempo computadas no calendário civil. Períodos e movimentos, que podem se estender por muitos anos, são os pontos referenciais para nossa contagem de tempo.

Qual a razão dessa afirmação? Marx compreendia que à humanidade é imputada a liberdade e responsabilidade pela escrita, construção e relação dialética com a história. Tal pressuposto é dito por ele nas palavras: “todos fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes [...]: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.” (MARX, 2015, p. 25). Essa afirmação feita em sua obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* tem amplo significado ao considerarmos o que esse evento foi na França em sua tragédia, como se torna farsa e quais os resultados para França do século XIX.

A tragédia a que Marx se referia vem do período helenístico, as apresentações dramáticas da vida humana, especialmente seus dramas e agruras que encenadas e assistidas criam na audiência a expectativa de uma catarse, a purificação e libertação da psique humana, como que numa descarga emocional, daí a razão de atrair grandes audiências (MACHADO, 2006, p. 26, 27). Nesse sentido, Marx menciona que a história tem seus diversos momentos de ‘tragédia’, com a grande adesão e expectativa popular visando essa liberação.

A França e a Revolução: século XIX estendido (1789-1914)

Marx analisa um evento marcante, a Revolução Francesa de 1789, uma tragédia na história da humanidade e seus muitos desdobramentos que ao longo do século XIX mostrarão que a repetição de maneira fragmentada daquele mesmo levante não produziu o que seria o ideário revolucionário: liberdade, igualdade e fraternidade. Aliás, o resultado pleno da Revolução é percebido no momento final do século XIX, especialmente após 1870, quando a França vive a *Belle Époque*.

Não podemos desconsiderar ou minimizar o que foi a Revolução Francesa para história da humanidade. Ainda que seu ideário tenha sido convertido numa ideologia, na qual as massas populares foram excluídas e a nobreza dominante trocada por uma burguesia dominante, resultando na manutenção do que era o Antigo Regime, todavia, com novos senhores. Não obstante, uma visão idealizada daquele evento, como promovido por Jaurès que, segundo Vovelle (1989, p. 33) menciona:



Essa óptica era a de Jaurès, fazendo da Revolução o ponto de chegada e a fermata das Luzes, e dava em troca à Revolução Francesa a garantia ao menos de uma parte dos grandes nomes do pensamento europeu. Esse canteiro do impacto ideológico da Revolução está muito longe, qualquer que seja a riqueza dos estudos que tenha suscitado, de ter esgotado suas virtualidades.

Para Jaurès, nas palavras de Vovelle, a Revolução foi o ápice do movimento que se tem no século XVII. O Iluminismo (ou *Aufklärung*, do alemão esclarecimento) é um produto imediato do paradigma da modernidade que se apresenta no século XV e seu desenvolvimento gradual levará aos extremos do século XVIII, incluindo a Revolução Francesa e eventos posteriores. Mas o que vem a ser tal paradigma?

A queda de Constantinopla diante dos otomanos em 1453 inicia o período denominado pela história como Modernidade. Esse momento é marcante porque a tomada de Constantinopla é o fim definitivo do Império Romano. No século IV quando Teodósio estabelece em definitivo a divisão do Império entre ocidental, com capital em Roma e oriental com a capital em Bizâncio (Constantinopla), a Europa ocidental permanecerá, de certa forma, resguardada no mundo cristão.

Os fluxos de imigrações dos povos que não eram parte do Império formarão na parte ocidental um novo continente que estará unificado sob a autoridade do bispo de Roma e será politicamente administrado por vários governantes. A queda do que restou do Império, ao Oriente, reabrirá na Europa Ocidental um novo fluxo de pessoas, notadamente os árabes que, cientificamente falando, estavam adiante da Europa ocidental (MASOOD, 2009, p. 145, 146). No mesmo momento iniciam-se as navegações que promoverão à Europa uma ampla abertura ao mundo e do mundo a essa.

Esse reinício de troca de relações entre povos, a partir da península itálica (Renascimento Italiano) e adentrando no continente europeu, fará pensadores desgastar lentamente os preceitos que por muitos séculos eram a mentalidade dos povos europeus: a providência (a vontade de Deus no devir), o mistério (a incapacidade e a falta de necessidade de compreender tudo aquilo que por Deus é pensado), o homem decaído (mesmo à imagem e semelhança de Deus, sempre em inferioridade) e a fé como explicação da ciência.

Assim, de maneira sintética, define-se o paradigma da modernidade como:

Deste modo, a partir da busca da verdade e das leis universais que regiam o mundo, o positivismo consolidou-se, caracterizando-se pela racionalidade, objetividade, reducionismo, mecanicismo, quantificação, previsibilidade, neutralidade e rigor científico. Neste contexto, onde predominava a lógica, o modo de fazer, a eficácia, a separação entre sujeito e objeto, além do desenvolvimento de



tecnologias de poder e de controle social [...] (BARBOSA; MOTTA; RESCK, 2015, p. 344).

Desse novo paradigma, das relações entre os povos e do redirecionamento dos pensadores europeus, começarão movimentos de contestação, que inclui a Reforma Protestante, a racionalização do pensamento, a definição dos contratualistas para composição dos Estados-nações. Em suma, entre séculos XV e XVIII serão um caldeirão de ideias que fervilham intensamente até chegarmos à Revolução Francesa de 1789.

Falar tudo sobre a Revolução de 1789 engendraria escrevermos laudas e laudas. Assim, concentramo-nos em falar rapidamente sobre os antecedentes, como fizemos até aqui, as causas e focalizar nas consequências factuais. Ainda que se tenha dado à Revolução um pedestal, o tempo mostrou que o que começou como “fraternidades imaginárias que foram primeiro generosas antes de ser sanguinárias” (FURET, 1980, p. 255).

De fato, a Revolução Francesa é uma montanha-russa de acontecimentos. Aparentemente, e Furet menciona esse detalhe (op. cit., p. 255), Robespierre bebeu em abundância na fonte de Rousseau e suas ideias sobre a vontade geral e contrato social. Não obstante, como vontade geral não significa vontade de todos, a Revolução que se inicia com o intuito de substituir a tirania do rei, implanta a tirania jacobina da qual saíram 15 mil mortos durante o Terror e cerca de 40 mil até 1799 (FURET, op. cit, p. 94, 95).

Ironicamente a situação do poder absolutista será aumentado na fase seguinte da Revolução, ou como alguns chamam pós-Revolução, em 1799 no golpe de Napoleão I, ocorrido em 18 de brumário (calendário da Revolução). Esse novo tempo leva à França ao contrassenso da Revolução: derrubam o rei, absolutista, tirano; erguem o general corso que, por fim, se proclama Imperador dos franceses, criando uma estrutura que baniu de vez os populares do acesso ao poder político (HOBSBAWN, 1977, p. 71).

Por essa razão, como mencionamos no início, Marx, que rejeitava a concepção de contrato social e vontade geral, posto, segundo ele, serem os humanos os próprios a produzirem a sua história. Assim, ele dirá a célebre verdade:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os



nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada (MARX, op. cit., loc. cit).

Essa observação perspicaz não foi uma análise crítica do legado da Revolução, mas uma demonstração de que a capacidade de fazer história do homem no mundo e do mundo ao homem, sendo, portanto, necessário recorrente análise de fatos que parecem cíclicos os quais aparentam não alterar a história, que, por fim, criam inalterado *status quo*, com a mudança de atores, normalmente com o alijamento das massas e o predomínio específico de um pequeno grupo emergente, no caso francês a burguesia que já não aceitava seu papel secundário diante da nobreza e impôs sua vontade por sobre o ideário da Revolução.

O 18 de brumário de Luís Bonaparte, que também é o título da obra de Marx, detalha como esse processo se deu na França. Marx vai ao ponto de afirmar o seguinte:

[...] em vez de ganhar forças com o apoio do proletariado, o partido democrático infetara o proletariado com sua própria fraqueza e, como costuma acontecer com os grandes feitos dos democratas, os dirigentes tiveram a satisfação de poder acusar o "povo" de deserção, e o povo a satisfação de poder acusar seus dirigentes de o terem iludido (MARX, op. cit., p. 66).

Em outras palavras, a França vivera uma grande farsa, um espetáculo de proporções nacionais, com o uso das massas para o favorecimento e obtenção de privilégios àquela burguesia, não ao povo da França. A única experiência que realmente emanou do povo francês no tocante às relações de poder e políticas foi a Comuna de Paris. Derrubando o golpista Napoleão III, restabelecendo definitivamente a República à França, decretando reformas e direitos que nunca antes vistas na França.

Porém, essa revolução foi brutalmente esmagada pelo presidente da República, Thiers, que determinou o extermínio da Comuna e de qualquer simpatizante dessa. A acusação contra a Comuna? Os crimes de lesa-majestade, lesa-capitalismo e lesa-ordem moral. Assim, durante a Semana Sangrenta, Paris transforma-se num matadouro a céu aberto. Em uma semana foram exterminados entre 20 e 30 mil pessoas, algumas pela mera suspeita de integrarem ou simpatizarem com a Comuna. Após esse democídio, diz Thiers: "Não se fala mais do socialismo e assim é que está bem. Desembaraçamo-nos do socialismo" (WILLARD, 1999, p. 62-64).

Sim, o povo francês, por fim, obteve direitos que atingissem o trabalhador, mas com litros de sangue derramados, assim como fora na Revolução de 1789. Contudo, isso não impediu a realidade social da França: durante a *Belle Époque*,



segundo Piketty (2014, p. 260, 261), o índice GINI, que mede a desigualdade econômica de uma nação, era de 0,82, sendo que 1 é a desigualdade absoluta. A França de 1789, que inicia um processo revolucionário conclamando as massas, chegará aos anos finais do século XIX com abismos entre ricos e pobres.

Na verdade, a França só passará a uma situação equilibrada após o fim da segunda fase da Grande Guerra, em 1945, quando sai do conflito uma nação devastada, que capitulou ante as forças nazistas, passou pelos horrores da fome, doenças e guerra, sendo, infelizmente, esta última uma das únicas forças capazes de nivelar as diferenças entre ricos e pobres (PIKETTY, op. cit., p. 266, 267, 272). Essa triste realidade acompanhou a história não somente da França, mas de todas as nações até atual momento em que vemos uma desigualdade absurdamente alta, comparáveis à da *Belle Époque* europeia.

O extermínio do Czar, a ascensão do Generalíssimo

O século XX começou num período de aparente paz e tranquilidade, embora as desigualdades sociais grassassem na Europa continental, os impérios coloniais estivessem a todo vapor, especialmente França, Holanda, Alemanha (agora unificada) e Grã-Bretanha. Ademais, outras nações europeias passavam a ter seus anseios coloniais atendidos, tais como Itália (também unificada) e Bélgica. As seculares potências, Portugal e Espanha, mantinham seu poderio sobre algumas colônias.

De fato, em 1885, na Conferência de Berlim, a África foi toda retalhada como se fosse um bovino abatido e distribuído estrategicamente entre as nações europeias¹. Na esteira desse fato vieram o genocídio cometido pelos britânicos contra os bôeres na África do Sul, com um saldo estimado de 20 mil pessoas e a criação dos campos de concentração que serão posteriormente parte da política de nações europeias (RAUGH, 2004, p. 51). Não menos significativo foi o genocídio dos congolezes pelo rei belga que exterminou milhões de africanos.

Os anos antecedentes a 1914, porém, foram marcados por instabilidades constantes: nos Bálcãs atos de terrorismo; em 1912, um estudante atira contra o governador da Croácia; em 1908 o Imperador da Áustria foi vítima de um atentado e 10 anos antes, sua esposa foi assassinada a punhaladas por um anarquista italiano; em 1914, o vigário-geral da Transilvânia foi assassinado em um atentado

¹ CONFERÊNCIA DE BERLIM, 26 de fev. 1885. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, *Textos e Documentos*. Disponível em: <http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf>. Acesso em: 3 set. 2017.



terrorista a bomba. Assim, algo não estava bem na Europa. A palavra do dia nos dias antecedentes a junho de 1914 era: terror (HASTINGS, 2013, p. 26, 27). De modo que o assassinato do arquiduque em 28 de junho de 1914 foi apenas a gota d'água das tensões na região.

Embora a Europa e os Estados Unidos obtivessem grandes avanços científicos e tecnológicos até aquele momento, as tensões que acompanhavam a Europa por século, especialmente entre povos com culturas e costumes distintos, subjugados a poderes de milênios, caso da Áustria-Hungria, herdeira do Sacro Império Romano Germânico, criado no ano 800, inicialmente pelo lado dos francos e, posteriormente deslocado para área onde hoje temos Alemanha, Polônia, Hungria, Itália, Bélgica, Holanda, Eslovênia, Croácia, República Tcheca. Em suma, o Império Austro-Húngaro era um celeiro de diferenças que simplesmente não coadunava. Essas tensões culturais levaram à eclosão da Grande Guerra em 1914.

Distante, mas ao mesmo tempo próxima, estava a Rússia. O Império russo, mesmo no século XX, ainda era uma economia agrária, feudal e pouco desenvolvida. As agitações russas começam em 1905 numa revolução anti-czarista que foi o germen do que ocorreria em 1917. Em 1861 os servos são emancipados e a Rússia czarista começa um processo capitalista que gerou incongruências sociais difíceis de administrar. Além disso, no flanco oriental, a Guerra Russo-Japonesa, da qual a Rússia sai derrotada e humilhada (OLENDER, 2010, p. 233-235), aumentando os problemas internos e levando à Revolução de 1905.

O auge do desastre foi 22 de janeiro de 1905. Uma passeata de um milhão e meio de pessoas, rumo ao palácio de inverno de São Petersburgo, cuja intenção era entregar ao Czar uma petição com a assinatura de 135 mil trabalhadores, que requeriam direitos, reforma agrária, tolerância religiosa, fim da censura e abertura política ao povo. Dizia a petição:

Senhor – Nós, operários residentes da cidade de São Petersburgo, de várias classes e condições sociais, nossas esposas, nossos filhos e nossos desamparados velhos pais, viemos a Vós, Senhor, para buscar justiça e proteção. Nós nos tornamos indigentes; estamos oprimidos e sobrecarregados de trabalho, além de nossas forças; não somos reconhecidos como seres humanos, mas tratados como escravos que devem suportar em silêncio seu amargo destino. Nós o temos suportado e estamos sendo empurrados mais e mais para as profundezas da miséria, injustiça e ignorância. Estamos sendo tão sufocados pela justiça e lei arbitrária que não mais podemos respirar. Senhor, não temos mais forças! Nossas resistências estão no fim. Chegamos ao terrível momento em que é preferível a morte a prosseguir neste intolerável sofrimento. (BERMAN, 1992, p. 236).



Para desgraça do Czar, a manifestação foi recebida, por ordem de agentes do governo, à bala. O número de mortos é desconhecido, mas ali foi decretada a sentença de condenação do povo russo ao Czar Nicolau II que, até então, desfrutava de boa reputação junto ao povo. A Revolução de 1905 foi debelada, os problemas sociais que a ocasionaram só estavam germinando.

No ano de 1914 a Rússia entra na Grande Guerra em defesa da Sérvia, sua aliada que estava em guerra com o Império Austro-Húngaro. Porém, o Czar não tinha apoio popular desde 1905. A guerra consumia recursos, vidas e havia rumores de traição e corrupção. As inconsistências da Rússia estavam num nível de insustentabilidade que conduziram à Revolução de 1917.

A Revolução de 1917 tem início em fevereiro (no calendário gregoriano), tem um segundo momento em outubro, mas se pode dizer que só será apaziguada em 1922 com o surgimento de uma nova nação. No primeiro ato da Revolução, em fevereiro, o resultado imediato foi a abdicação de Nicolau II e a criação de um governo provisório, com aliança entre liberais e socialistas para condução das reformas estruturais russas (PHILLIPS, 2000, p. 25).

Não se sabe ao certo se este governo seria provisório ou se foi tornado tal. O fato estabelecido é que com a questão da primeira guerra mundial em andamento e o descontentamento geral do povo russo com a participação de seus homens neste evento, o bolchevismo radicaliza vertiginosamente o movimento de 1917 e, por fim, aplicam um Golpe que derruba o governo vigente estabelecendo a famosa "ditadura do proletariado", que Fausto (2008, p. 174) descreverá como "retomada parcial do ideário jacobino: alguma coisa de liberdade dos antigos [decrecente], violência, terror, organização 'mecânica', e também voluntarismo."

O partido Operário Social Democrata Russo, até então estava dividido entre mencheviques (minoria em russo) e bolcheviques (maioria). Os mencheviques governaram durante o governo provisório e tiveram por um tempo considerável o apoio dos bolcheviques. Com o levante de outubro a situação muda radicalmente e Lênin, que tinha apoio dos bolcheviques assume o controle da Rússia e passa a organizar as mudanças radicais mencionadas (PHILLIPS, op. cit., p. 52, 53).

Até a formação da União Soviética, Lênin irá paulatinamente domesticar a Rússia. A fim de assegurar o sucesso da Revolução ele determina o fim, por exemplo, da propriedade privada e, nas indústrias agora pertencentes ao governo central, estabelece em seus cargos de direção membros ligados ao Partido, mais especificamente a si. Dessa forma ele cria em torno de si uma rede de pessoas que se tornam seus seguidores que vão tornar pleno o projeto de 'leninização' da Rússia.



Na verdade, como Werth (2008, p. 14) descreve bem os horrores ocorridos a partir do Golpe ocorrido em outubro de 1917, dizendo que:

[...] se expressaram as formas de violências sociais e políticas mais diversas e mais extremas, das mais “modernas” (deportações em massa de populações civis, bombardeios de vilarejos rebeldes com gases asfixiantes, campos de concentração) às mais “arcaicas” (reaparecimento em vasta escala do banditismo, insurreições camponesas, execuções imemorais – tais como a empalção ou o enterro do inimigo ainda vivo).

Durante a Guerra Civil Russa, os bolcheviques serão atores protagonistas das barbaridades lembradas por Werth. Aliás, o historiador irá além ao descrever como os bolcheviques aparelharão o Estado à base da violência política, sendo que estes chegarão a “instrumentalizar e canalizar as violências sociais, restaurar a ‘*gosoudarstvennost*’ (o “princípio do Estado”) em face da ‘*stikhia*’ (as forças desenfreadas e anárquicas da violência social)” (WERTH, op. cit., p. 12). O que era temerário na Rússia czarista foi transformado numa máquina de matança sem precedentes, sob o manto de suposta defesa do operariado.

Ainda assim, até 1921 cerca de cinco milhões de pessoas morrem devido à fome. Nenhum desastre humanitário foi pior, todavia, do que o realizado posteriormente por Stálin. De fato, no governo de Stálin a União Soviética perseguirá sistematicamente políticos, cientistas, intelectuais, oficiais do exército, religiosos, testemunhas de Jeová etc. Será um verdadeiro expurgo: os que não morressem imediatamente eram exilados na Sibéria ou nos campos de concentração russos, chamados Gulag, que chegaram a ter 2,5 milhões de prisioneiros.

Sobre Stalin, pouco se sabe, exceto que se tornou uma face tão sombria quanto a de Adolf Hitler, um representando o chamado totalitarismo igualitarista (esquerda extremada), o outro o totalitarismo de direita (nazismo), conforme assinalado por Ruy Fausto (op. cit.). Documentos essenciais para compreender essa mente obscura encontram-se indisponíveis para pesquisa.

Pons (2008, p. 102, 103) faz, não obstante, descrição sucinta e elucidativa sobre as políticas de terror stalinistas, com as seguintes palavras:

As ações políticas de Stalin eram claramente condicionadas por um corpus de princípios axiomáticos. Esses princípios haviam sido irreversivelmente plasmados pela doutrina de Lênin sobre o imperialismo e pelas respostas dos bolcheviques aos eventos internos e internacionais de 1918-1920.

[...]

Ele impôs a si mesmo três objetivos: dar sequência ao processo de *State-building* ativado por Lênin até a criação daquilo que Antonio Gramsci denominava “estadolatria”, a idolatria do Estado; impor a perspectiva de uma modernização forçada como exigência vital e premente à luz dos desafios da política mundial; incrementar a



separação estratégica da URSS do sistema internacional no plano econômico, político, sociocultural.

A precipitação e chegada da Rússia, “sociedade ‘mais livre do mundo’” (REIS, 2017, p. 73), não foi repentino. Inicia-se, sim, com o Golpe Bolchevique em Outubro de 1917, ação de um partido político estrategicamente planejado (FERRO, 2011), com a conjugação de interesses de militares e camponeses. De fato, o período de Guerra Civil que conduzirá Stalin ao posto máximo no Partido Soviético é perpassado por momentos turbulentos, incluindo a ruptura entre este e Lênin, configurando um Golpe dentro do Golpe¹, assim como ocorria uma Revolução dentro da Revolução (MC CAULEY, 2003).

Diante da radicalização extrema bolchevique e crescente poder de Stálin, acontece a insurreição dos marinheiros de Kronstadt em março de 1921. Tais marinheiros não intencionavam restaurar o czarismo, tampouco derrubar os bolcheviques. Sua intenção ia de encontro aos planos de Stalin:

[...] retorno da democracia soviética, que se concretizaria, segundo eles, em eleições gerais para os soviets, sob controle pluripartidário; anistia para todos os presos comprometidos com a revolução socialista; liberdades democráticas de palavra, de organização e de manifestação; dissolução da polícia política (REIS, op. cit., p. 72, 73)

A resposta do Exército Vermelho, fortemente influenciado pelos bolcheviques esmagou a base naval sem qualquer escrúpulo, pondo fim a qualquer expectativa da conciliação de revolução e liberdade. Este episódio foi como simbólica inauguração do ‘grande terror soviético’ que seria encabeçado por Stálin que, anos depois, fez do próprio Exército Vermelho vítima dos seus expurgos desenfreados.

A psicose stalinista, de fato, separou o planeta numa geopolítica bipolar que, num primeiro momento envolveu a União Soviética e ‘os outros’; após a dissolução desta, vivemos a globalização simulada com a geopolítica descrita pelo novo cenário: Estados Unidos e aliados e ‘demais’, incluindo-se nesses demais Rússia e diversos atores políticos que fazem ferrenha oposição ao neoliberalismo usando, inclusive, questões religiosas como pano de fundo para disseminação da violência e controvérsias entre as velhas potências e as novas potências, incluindo a China ‘capitomonista’.

¹ O testamento de Lênin previa a deposição de Stalin do posto de Secretário Geral do Partido devido à sua excessiva ambição, poder, além de rudeza ‘incoerentes’ com os princípios idealizados por este, algo *suis generis*, considerando-se que toda a conjuntura política vivida na Rússia daqueles dias não indicavam virtude em qualquer ‘revolucionário’ (WERTH, 2013).



Análises e hipóteses

Neste ponto, encontramos a hipótese exposta por Bernstein (1997, p. 113): “[Q]uanto mais for adotada e governar a consciência geral, tanto mais a democracia será igual, em significado, ao grau mais elevado possível de liberdade para todos”. Assim, nem o ilusório igualitarismo de Rousseau, nem as utopias em torno do socialismo. O socialismo seria “o desenvolvimento e a garantia de uma livre personalidade” (BERNSTEIN, op. cit., p. 117), sucessor natural do liberalismo original, iniciado no século XVII.

Por outro lado, há a pertinente observação de Rosa Luxemburgo (2011, vol. I, p. 69, 69), que confronta Bernstein afirmando:

A revolução é o ato fundador da história de classes, a legislação é a continuidade do vegetamento político da sociedade. O trabalho da reforma legal não tem, em si, uma força motriz própria, independentemente da revolução; em cada período histórico ele apenas se movimenta sobre a linha, e pelo tempo em que permanece o efeito do pontapé que lhe foi dado na última resolução ou, dito de maneira concreta, apenas no quadro da forma social que foi colocada no mundo pela última transformação. [...] Uma revolução social e uma reforma legal não são fatores diferentes por sua **duração**, mas pela sua **essência**. (grifos da autora)

Ao passo que Bernstein liga-se à legalidade liberal, concebendo um ideário que conduziria à conciliação de diferenças para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, Luxemburgo (op. cit., p. 78) seguiu seu pensamento estritamente relacionado à natural e sempre presente luta de classes, afirmando que “a luta é um fenômeno completamente natural, inevitável”. Sua visão clara assentava-se sobre a percepção de que somente por rupturas repentinas, revolucionárias, viria a evolução social, passando da questão temporal à fática.

A divergência de tais será definitivamente selada por ocasião do Golpe Bolchevique que levou o Estado ao extremo do poder e dominância sobre todos, criando a ‘ditadura do proletariado’, ilusão diametralmente oposta até mesmo para lexicografia, pois onde existe ditadura não é possível conceber o trabalhador, mas sim pessoas em servidão. Os que outrora estavam nas amarras do Império czarista, passaram aos grilhões do Estado Soviético, bolchevique.

Não houve em nenhum momento histórico um governo que concedesse benesses ao povo, especialmente quanto a direitos que hoje chamamos de fundamentais, humanos ou sociais. Os sistemas políticos sempre favoreceram uns poucos em detrimento de muitos, desde a antiga Caldeia até o momento atual.

Isso não significa que demandas legítimas foram desnecessárias ou sem significado. Na verdade, independente dos desdobramentos posteriores, todas as



Revoluções ao longo da história foram demonstrações de constantes atritos entre classes e, principalmente, do conflito de interesses, dos poderes dominantes quanto a como manter sua hegemonia sobre os dominados. Permanece a máxima: “tudo deve mudar para que tudo fique como está” (LAMPEDUSA, 2017, n.p.).

As guerras, que sempre ocuparam o cenário mundial. Porém, esses eventos têm o aspecto essencialmente político, interesses que envolvem, em nossos dias, os Estados e nos períodos anteriores os interesses do soberano, fosse ele um rei, um nobre, uma classe de nobres ou mesmo um líder religioso, como o pontífice romano e os Estados papais. As guerras nunca ocorreram para defesa dos interesses do povo.

Por outro lado, as Revoluções têm o seu caráter especificamente popular, ao menos no seu ponto de partida. Sempre há mobilização das massas, ainda que essas não usufruam o resultado final do levante ou usados para manobra daqueles que têm interesses maiores. As Revoluções são como um movimento de implosão da ordem social, partindo de dentro para dentro e causando perturbações e mudanças internas.

Não obstante, como vimos no caso de 1789 e 1917, mesmo iniciando com o apelo popular, o resultado posterior pode ser apenas uma ilusão. Furet (op. cit., p. 25) comenta que, por fim, a Revolução Francesa “é o produto do encontro confuso do bolchevismo e jacobinismo que nutre uma concepção linear do progresso humano, marcada por estas duas ‘liberações’ sucessivas”. Mas qual o problema em ambos os casos? Segundo Furet (ibidem, p. 35), “os homens fazem a história, mas não conhecem a história que fazem”.

Ainda que não haja consenso sobre a interpretação que Furet faz da temática, divergência que também existe acerca do período vivido pela Rússia entre 1905-1921, uma análise constante de eventos convulsivos da História, especialmente pós-1789, marcado por alguns historiadores como início da Idade Contemporânea, são relevantes para compreensão do presente com possibilidade de olhares ao futuro.

Marx (2003, p. 149, 150), falando da Revolução Francesa, algo que deveria servir de advertência para 1917, disse: “a Revolução Francesa ficou enclausurada numa versão administrativa do terror”. A consequência desse rumo dado pelos homens à Revolução foi o esvaziamento do seu ideário e o surgimento da ideologia burguesa que, além de manter o domínio capitalista, continuou os processos de desigualdades sociais.

A Rússia e União Soviética iniciaram de uma maneira que supostamente evitaria os erros cometidos pela Revolução Francesa. Mas, como a história só pode



ser construída à base das condições herdadas e o fato é que a França não mudou ditas condições, antes as piorou com o massacre da Comuna de Paris, vimos os mesmos desvios na Revolução Russa.

É evidente, como já dissemos, que houve conquistas e avanços. Porém, essas conquistas não foram fruto das Revoluções em si. O que trouxe as mudanças e alterações sociais, incluindo o século XXI é o sangue derramado de milhares de pessoas, envolvidas ou não com o processo revolucionário, mas que caíram por terra.

Dois fatores essenciais à construção de direitos: a vontade política e a mobilização popular para fazer com que a primeira aja e produza o necessário ao povo. Isso é um processo tão árduo e dolorido, conquistado com sangue, que no Brasil, por exemplo, só falamos em direitos sociais na Constituição Federal de 1988.

Mesmo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, o Brasil foi um violento abusador de direitos humanos e cometeu crimes contra a humanidade em excesso durante o regime de 1964 e ainda tem essa cultura arraigada de que a violência e o uso da força são os meios para se consolidar uma sociedade justa, com equidade e pluralidade.

Assim, aprendemos de 1789 e 1917 quão delicadas são as situações que culminam num processo Revolução. Contudo, a maior lição que aprendemos é que, por infelicidade nossa não se obtém justiça social e distribuição de riqueza por bondade ou abnegação de outrem.

Referências

- BARBOSA, Lilian Bitencourt Alves; MOTTA, Ana Letícia Carnevalli; RESCK, Zélia Maria Rodrigues. Os paradigmas da modernidade e pós-modernidade e o processo de cuidar na enfermagem. *Enfermería Global*, n° 37, jan./2015.
- BERNSTEIN, Eduard. *O socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. 9ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- FAUSTO, Ruy. Em torno da pré-história intelectual do totalitarismo igualitarista. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n° 72, p. 143-198, 2008. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452008000300008>>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- FURET, François. *Pensar la Revolución Francesa*. Barcelona: Petrel, 1980.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 (e-book).
- LUXEMBURGO, Rosa. *Textos escolhidos*. 2 vols. Organização de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2011.



- MACHADO, Roberto. *O nascimento do trágico*. São Paulo: Zahar, 2006.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MASOOD, Ehsan. *Science & Islam: a History*. London: Icon Books, 2009.
- PONS, Silvio. Império, Estado e Ideologia na URSS stalinista. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n° 75, p. 99-113, 2008.
- OLENDER, Piotr. *Russo-Japanese Naval War 1904-1905, Battle of Tsushima*. Vol 2. Sandomierz, Poland: Stratus, 2010.
- PHILLIPS, Steve. *Lenin and de Russian Revolution*. Portsmouth (NH): Heinemann, 2000.
- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- RAUGH, Harold E. *The Victorians at War, 1815-1914: An Encyclopedia of British Military History*. Santa Barbara (CA): ABC-CLIO, 2004.
- REIS, Daniel Aarão. As revoluções russas e a emergência do socialismo autoritário. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 31, n° 91, p. 67-79, 2017. DOI: <10.1590/s0103-40142017.3191007>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- VOVELLE, Michel. A Revolução Francesa e seu eco. *Revista de Estudos Avançados*, vol. 3, n° 6, São Paulo maio/ago 1989. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000200003>>. Acesso em: 3 set. 2017.
- WERTH, Nicolas. Violências de baixo, Violências de cima na Revolução Russa. *Revista Lua Nova*, n° 75, p. 11-40, 2008.
- _____. *Histoire de l'Union soviétique de Lénine à Staline (1917-1953): "Que sais-je?"*. Paris: PUF, 2013.
- WILLARD, Claude. "1871: traição de classe e semana sangrenta". In: PERRAULT, Gilles. *O livro negro do capitalismo*. São Paulo: Record, 1999.

Os Conjurados de 1789 e a escravidão. José Geraldo Vidigal De Carvalho. Published: 30 December 1988. by Universidade de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. in Revista de História. Revista de História ; doi:10.11606/issn.2316-9141.v0i119p91-99. Publisher Website. Substance information for UN 1789 - Hydrochloric acid based on the Hazardous Materials Table (Title 49 CFR 172.101) to assist in preparing a risk assessment for loading, transporting and storing hazardous materials. Hydrochloric acid. Hydrochloric acid or muriatic acid is a colorless inorganic chemical system with the formula $H_2O:HCl$. Hydrochloric acid has a distinctive pungent smell. It is classified as strongly acidic and can attack the skin over a wide composition range, since the hydrogen chloride completely dissociates in aqueous solution. Hydrochloric acid is the simplest chlorine-based acid system containing water.